CONTRATO Nº 028/2022-MP/PA**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
FAZEM ENTRE SI, MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA COPETTI E
COPETTI ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S.**

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.054.960/0001-58, com sede à Rua João Diogo, 100, bairro da Cidade Velha, CEP: 66015-165, Belém-Pa, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Exmo. Procurador-Geral de Justiça, **Dr. CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, e do outro lado a empresa **COPETTI E COPETTI ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.752.727/0001-20, com sede à ALAMEDA BUENOS AIRES 372, SALAS 201/202/ BAIRRO NSA SRA DAS DORES / SANTA MARIA / RS / 97050-545, doravante denominada **CONTRATADA**, e-mail contato.copettiecopetti@gmail.com, telefone: (55) 32221734, neste ato representada pelo Sr. **ALFREDO COPETTI NETO**, Advogado, OAB/RS nº 61.200, CPF: 780.604.270-91, residente e domiciliado em Santa Maria/RS têm justo e contratado o presente instrumento nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO JURÍDICO

1.1. O presente Contrato decorre da **Dispensa de Licitação nº 041/2021-MP/PA**, a qual está vinculada ao **Gedoc nº 128161/2021** e tem como fundamento o art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas aplicadas à matéria que o subsidiarem.

1.2. Aos casos omissos serão aplicadas as normas jurídicas referidas no subitem anterior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço especializado para ministrar o **“Curso Noções Gerais de Compliance”**, na modalidade de ensino à distância (EAD), com transmissão *online*, em **1 (uma) turma**, composta de **30 (trinta) participantes**, com **carga horária de 8 (oito) horas**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. O **valor total** do presente contrato é de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, para realização dos serviços, conforme proposta da contratada datada de **08/09/2021**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

4.1. O “Curso Noções Gerais de *Compliance*”, é exclusivo para o público interno, especialmente membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará, com a previsão de 1 (uma) turma, composta por até 30 (trinta) participantes, devendo manter a metodologia participativa da atividade de capacitação, com 8 (oito) horas, no horário de **14:00h às 18:00h**.

4.2. A carga horária total para a realização do curso será de 8 (oito) horas, ministradas pela CONTRATADA;

4.3. O serviço deverá ser realizado no período de 16 a 17 de março de 2022, no horário de 14:00h às 18:00h, com prazo para divulgação, inscrição e formação da turma.

4.4. O conteúdo programático da oficina deverá ter, no mínimo, as seguintes abordagens:

4.4.1. Noções introdutórias do *Compliance* e normas aplicáveis em âmbito nacional e internacional;

4.4.2. Três eixos que orientam o *Compliance* e os cinco pilares indispensáveis;

4.4.3. Operacionalização do *Compliance* - apresentação do *roadmap* com ênfase para a fase do *risk assessment* (análise de riscos);

4.4.4. Casos práticos de exigência de *Compliance*;

4.4.5. Benefícios do *Compliance* para as entidades do que possuem um Programa de *Compliance* efetivo.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. Para atender às despesas do presente Contrato, o Ministério Público, valer-se-á de recursos orçamentários na função programática:

Funcional Programática: 12101. 03.128.1494.8943 – Capacitação e Valorização de Pessoas.

Natureza da Despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros – PJ.

Fontes: 0101 – Recursos Ordinários e 0301 – Recursos Ordinários (Superávit)

CLÁUSULA SEXTA – DO MATERIAL DIDÁTICO E DOS EQUIPAMENTOS

6.1. A CONTRATADA deverá elaborar e providenciar o material didático digital, para atender os participantes, de acordo com as diretrizes fornecidas pelo CONTRATANTE.

6.2. A plataforma digital de interação poderá ser fornecida pelo próprio CONTRATANTE, diante das ferramentas que já dispõe, ou poderá, por conveniência metodológica ser disponibilizada pela CONTRATADA, sem aumento de curso operacional nem alteração do valor do contrato.

6.3. O material didático digital será previamente aprovado pelo Ministério Público do Estado do Pará e entregue ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) para divulgação aos participantes.

6.4. Os participantes receberão um e-book com todos os conteúdos passados durante o curso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE E DO SIGILO

7.1. A empresa e os profissionais contratados deverão guardar absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza de que venha tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação, incorreta ou descuidada utilização;

7.2. A utilização de imagem e som dos treinamentos, para quaisquer fins, só poderá ocorrer mediante autorização escrita da Assessoria de Comunicação do Ministério Público do Estado do Pará ou de chefia indicada pela unidade do Ministério Público realizadora do treinamento, conforme o caso;

7.3. Os registros dos treinamentos serão de propriedade do Ministério Público do Estado do Pará incluindo os materiais produzidos durante as simulações realizadas nos treinamentos;

7.4. Não será permitida gravação, nem transmissão por qualquer meio, de parte ou todo o curso. Os vídeos transmissões serão efetuadas apenas ao vivo e, específica e restritamente, aos membros e servidores do Ministério Público do Pará nominados na prévia lista de inscritos no curso.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Sem que a isto limite seus direitos, o Ministério Público do Estado do Pará terá as seguintes garantias:

8.1.1. Receber o objeto de acordo com o que consta neste instrumento e nos seus anexos;

8.1.2. Rejeitar o objeto em desacordo com as especificações exigidas;

8.1.3. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, prazos de vigência e entregas, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao Órgão Superior, por escrito, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

8.1.4. Verificar a regularidade da CONTRATADA, perante o FGTS e em face das contribuições administrativas devidas à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e das inscrições em Dívida Ativa do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), antes de cada pagamento;

8.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será a Instituição responsável pelos seguintes itens:

8.2.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estipulado;

8.2.2. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto, para que o profissional ou empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;

8.2.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições ou falhas na execução do serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

8.2.4. Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente à quantidade solicitada.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Comprovar experiência dos profissionais sobre Noções Gerais de *Compliance* por meio de atestados de capacidade técnica conforme especificado;

9.1.1. A eventual substituição de profissional será precedida da aprovação do Ministério Público do Estado do Pará e autorizada apenas se o substituto atender ao disposto e reunir as qualificações exigidas neste TR;

9.2. Sem que isto limite suas garantias, a CONTRATADA terá os seguintes direitos:

9.2.1. Receber o atesto do recebimento do objeto contratado após verificação das especificações;

9.2.2. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas;

9.2.3. Receber formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a COMISSÃO DE RECEBIMENTO ou a FISCALIZAÇÃO identificar na execução do objeto contratado, até para que possa a CONTRATADA proceder às correções;

9.2.4. Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento;

9.3. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será a CONTRATADA responsável pelos seguintes itens:

9.3.1. Cumprir fielmente as obrigações assumidas conforme as especificações, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários, entregando o objeto contratado, no prazo, no local e horário previstos no termo de referência, observando rigorosamente as exigências estabelecidas nas especificações;

9.3.2. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião da entrega do objeto do contrato, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do CONTRATANTE;

9.3.3. Obedecer às diretrizes estabelecidas pelo Ministério Público do Estado do Pará durante a execução e desenvolvimento do serviço;

9.3.4. Providenciar os equipamentos e necessários para a execução dos serviços, a partir das diretrizes estabelecidas;

9.3.5. Providenciar o material didático necessário para execução dos serviços, a partir das diretrizes estabelecidas;

9.3.6. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração administrativa praticada por seus profissionais;

9.4. Manter, durante a vigência do contrato, as condições jurídicas e qualificações técnicas exigidas;

9.5. Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução;

9.6. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Ministério Público, nem poderá onerar o objeto contratado, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Ministério Público;

9.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Ministério Público, durante o prazo de fornecimento do serviço;

9.8. Quando por problemas técnicos os prazos citados não puderem ser cumpridos, a CONTRATADA deverá comunicar por escrito ao Órgão a qual caberá aceitar ou rejeitar as justificativas;

9.9. Regularidade Fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema de seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.10. Regularidade Fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais da sede da CONTRATADA;

9.11. Regularidade Trabalhista comprovada através de Certidão Negativa de Débito Trabalhista prevista na Lei n.º 12.440/2011, retirada no site www.tst.jus.br;

9.12. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço;

9.13. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o parágrafo Primeiro do art.65 da Lei n.º 8.666/93;

9.14. A CONTRATADA, após a execução dos serviços, obriga-se a não causar embaraços, tampouco reivindicar quaisquer direitos oriundos da publicação, física ou virtual, do objeto do referido contrato;

9.15. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA– DA COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

10.1. A CONTRATADA deverá comprovar experiência por meio de apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assegurando que a

licitante prestou, de forma efetiva e satisfatória, serviços com características compatíveis às do objeto desta licitação; ou seja, serviços técnicos especializados em Noções Gerais de *Compliance*.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO PARA INÍCIO DO SERVIÇO

11.1. Os serviços serão realizados a partir da assinatura do contrato, em data a ser definida pelo MPPA e comunicada a CONTRATADA com antecedência mínima de **15 (quinze) dias**;

11.2. A data de realização do evento já está definida, no entanto, poderá ser alterado por motivo justificado pelo CONTRATANTE e, em seguida, agendada e ajustada entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, para possibilitar o planejamento dos participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado pelo Departamento Financeiro do Ministério Público, no **Banco: Caixa Econômica Federal, Agência nº 0501, Conta Corrente nº 4284-4**, até o 20º (vigésimo) dia útil do mês subsequente, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura dos serviços efetivamente executados no mês anterior devidamente atestada pela FISCALIZAÇÃO, mediante, os quais observarão as especificações exigidas;

12.1.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida com valor global com até duas casas decimais. As sobras decorrentes de arredondamento poderão ser faturadas no final do exercício ou do contrato;

12.2. Caso a CONTRATADA não possua conta corrente no Banco do Estado do Pará - BANPARÁ será cobrada uma taxa estipulada por este banco referente ao DOC;

12.3. O atesto da nota fiscal será efetuado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento definitivo do objeto pelo responsável pela Fiscalização no local anteriormente mencionado;

12.4. A nota fiscal que contiver erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal corrigida;

12.5. A CONTRATADA deverá encaminhar, junto com a nota fiscal, os seguintes documentos:

12.5.1. Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União;

12.5.2. Certidão negativa de débitos relativos às Contribuições Previdenciárias;

12.5.3. Certificado de regularidade do FGTS – CRF;

12.5.4. Certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

12.5.5. Certidão negativa de débitos com Fazenda Estadual;

12.5.6. Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal;

12.6. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a CONTRATADA tome medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação.

12.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores correspondentes à fatura serão atualizados financeiramente com base no critério abaixo especificado, em observância ao art. 40, XIV, “c” da Lei nº 8.666/93 e suas alterações:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM: Encargos Monetários

N: Número de dias entre a data prevista para o pagamento e o do efetivo pagamento

VP: Valor da parcela a ser paga

I: Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução do serviço será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo Ministério Público do Estado do Pará, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, lotados no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), com autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação destinada a orientar, acompanhar e fiscalizar a execução contratual

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

14.1. Este O presente Instrumento terá vigência de **120 (cento e vinte) dias**, contados da data da publicação deste instrumento no Diário Oficial do Estado do Pará, **não podendo ser prorrogado**, salvo

se ocorrer qualquer um dos motivos do art. 57 §1º, da lei 8.666/93, que implique a prorrogação dos prazos de execução e, conseqüentemente, exija a prorrogação da vigência do contrato, observado o caput do mesmo dispositivo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES E DEMAIS ALTERAÇÕES

15.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, referentes à alteração quantitativa de cada item, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93, salvo a exceção prevista no § 2º do referido artigo

15.2. Este instrumento poderá ainda ser alterado, exceto no objeto, nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE

16.1. O valor proposto e contratado poderá ser reajustado, em consonância com as disposições desta Cláusula.

16.1.1. Caso assim queira, a contratada deverá requerer o reajustamento do preço, mediante protocolo no Ministério Público do Estado do Pará, até a data em que se completar cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato, sob pena de preclusão quanto ao período correspondente.

16.1.2. A data-base para o cálculo do reajuste é a data da apresentação da proposta.

16.1.3. Para o cálculo do reajuste, deverá ser adotado o IGP-DI (da Fundação Getúlio Vargas), em sua variação para o período de 12 (doze) meses, a contar da data-base referida no item 16.1.2.

16.1.4. O valor reajustado será concedido somente a partir da data de cada prorrogação, ainda que posterior à anualidade da proposta, e observados os itens anteriores.

16.2. Se a contratada requerer o reajustamento do preço em conformidade com o item 16.1.1, mas o valor reajustado ainda não puder ser concedido na data da prorrogação contratual, por indisponibilidade do índice para a variação referida no item 16.1.3, constará do termo aditivo de prorrogação a ressalva do direito da contratada ao reajuste do preço, que ocorrerá efetivamente mediante termo aditivo específico e quando houver aquela disponibilidade, com retroatividade à data de cada prorrogação.

16.3. Não serão admitidos requerimentos de reajustes para períodos preclusos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

17.1. No caso do fornecedor deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas no certame licitatório ou usar de má fé, ficará sujeita as penalidades abaixo discriminadas, assegurado seu direito ao contraditório e a ampla defesa.

17.1.1. A entrega do ofício de comunicação de abertura de Procedimento de Apuração de Responsabilidade, a partir do qual se iniciará a contagem do prazo para a defesa prévia, será realizada no e-mail da CONTRATADA constante do preâmbulo do contrato ou da sua proposta;

17.1.2. A divulgação da Portaria de Aplicação de Penalidade, a partir do qual se iniciará a contagem do prazo para recurso, será realizada no e-mail da CONTRATADA constante do preâmbulo do contrato ou da sua proposta e em publicação no Diário Oficial do Estado do Pará;

17.1.3. Caberá única e exclusivamente à empresa CONTRATADA o acompanhamento do seu e-mail com vistas ao recebimento da comunicação de abertura de Procedimento de Apuração de Responsabilidade e da Portaria de Aplicação de Penalidade, assim como mantê-lo devidamente atualizado através de comunicação formal ao Ministério Público do Estado do Pará.

17.1.4. Com a notificação acima, estará franqueada aos interessados vista integral ao processo no MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, situado na Rua João Diogo, 100, 4º Andar, Cidade Velha, Belém-Pará, CEP 66015-165;

17.2. ADVERTÊNCIA

17.2.1. Advertência pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos compromissos assumidos ou na sua conclusão e não traga sérios prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão;

17.3. MULTA

17.3.1. De 1,5% ao dia até o limite máximo de 22,5%, sobre o valor total do item adjudicado, nos casos de atraso injustificado nos prazos de assinatura do Contrato e/ou retirada/aceite da nota de empenho;

17.3.1.1. Após o 15º dia de atraso dos prazos previstos, sem justificativa aceita pela Administração, o objeto será considerado como não executado;

17.3.2. De 1,5% ao dia até o limite máximo de 22,5%, sobre o valor total do contrato ou nota de empenho, no caso desta substituir o contrato, nos casos de atraso injustificado nos prazos de:

I. Prestação dos serviços;

II. Correção/substituição dos serviços.

17.3.2.1. Após o 15º dia de atraso dos prazos previstos, sem justificativa aceita pela Administração, o objeto será considerado como não executado;

17.3.3. De 10%, sobre o valor total do contrato ou nota de empenho, no caso desta substituir o contrato, nos casos de:

I. Prestação parcial dos serviços;

II. Não correção/substituição do serviço recusado ou com vícios, desde que configure inexecução parcial;

17.3.4. De 20%, sobre o valor total adjudicado, ou do contrato ou nota de empenho, no caso desta substituir o contrato, nos casos de:

I. Recusa injustificada em retirar/aceitar a nota de empenho, desde que configure inexecução total

II. Recusa em iniciar a execução do serviço, se configurar inexecução total do contrato ou nota de empenho, no caso desta substituir o contrato;

III. Não correção/substituição de serviço recusado ou com vícios, desde que configure inexecução total;

IV. Outras hipóteses de inexecução total do objeto

17.3.5. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

17.3.6. O valor da multa aplicada será cobrado administrativamente pelo Contratante, ou ainda judicialmente.

17.4. SUSPENSÃO

17.4.1. Nos casos de inexecução total ou parcial ou irregularidade não justificada e/ou não aceita pela administração, aplicar-se-á Suspensão Temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado do Pará, pelo período de até 02 (dois) anos, na seguinte graduação:

- I. 1 (um) ano, nos casos de inexecução parcial não justificada e/ou não aceita pela Administração ou irregularidade na execução;
- II. 2 (dois) anos, nos casos de inexecução total não justificada e/ou não aceita pela Administração.

17.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

17.5.1. No caso de inexecução do objeto que configure ilícito penal, será declarada a inidoneidade da Contratada para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

18.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

18.1.1. Unilateralmente nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

18.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da Licitação;

18.1.3. Judicialmente, nos termos da Legislação Processual.

18.1.4. No caso de rescisão Contratual, devidamente justificada nos autos do Processo, terá o contratado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, para apresentar o contraditório e a ampla defesa.

18.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Será designado servidor para representar a Administração no exercício do dever de acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. O presente Contrato será publicado de forma reduzida pela CONTRATANTE no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

A interpretação e execução deste contrato serão regidas pelas leis brasileiras perante a Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Belém, onde serão dirimidas todas as controvérsias oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Belém/PA, 07 de março de 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
CONTRATANTE

COPETTI E COPETTI ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S
CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____
CPF: _____

2) _____
CPF: _____